

Guaimbê Solar Holding S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro
de 2023**

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Guaimbê Solar Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guaimbê Solar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.



**Building a better
working world**

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

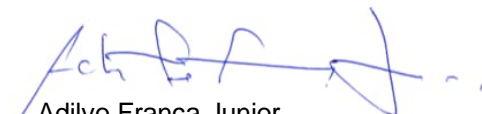
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de junho de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Guaimbê Solar Holding S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	39	47	51.031	4.446
Investimentos de curto prazo	3	4.460	22.686	309.978	537.751
Contas a receber de clientes		-	-	48.002	61.987
Contas a receber partes relacionadas		-	-	536	536
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	6.275	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis		98	60	5.945	12.787
Dividendos a receber		15.425	-	-	-
Estoques		-	-	15.583	17.643
Conta de ressarcimento	4	-	-	9.567	17.494
Cauções e depósitos vinculados		-	-	5	-
Outros ativos		-	1.280	9.163	11.678
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		20.022	24.073	456.085	664.322
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	22.901	19.245
Conta de ressarcimento	4	-	-	2.684	2.491
Investimentos em controladas	5	2.426.365	2.887.035	-	-
Cauções e depósitos vinculados		-	-	28.996	35.235
Contas a receber partes relacionadas		-	-	-	141.972
Outros ativos		1.472	488	6.663	4.620
Imobilizado, líquido	6	-	-	2.424.284	2.515.437
Intangível, líquido		40	59	65.064	69.616
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.427.877	2.887.582	2.550.592	2.788.616
TOTAL DO ATIVO		2.447.899	2.911.655	3.006.677	3.452.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>					
Fornecedores		106	92	23.795	11.705
Debêntures	7	-	-	25.287	26.596
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1	-	8.752	9.763
Tributos a pagar		3	16	3.361	2.323
Dividendos a pagar		-	-	45	45
Conta de ressarcimento	4	-	-	72.575	47.858
Passivo de arrendamento	8	-	-	2.184	1.840
Encargos setoriais		-	-	252	228
Outras obrigações		-	-	1.498	1.711
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		110	108	137.749	102.069
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	2.499	2.275
Conta de ressarcimento	4	-	-	285.559	259.745
Debêntures	7	-	-	21.308	44.144
Passivo de arrendamento	8	-	-	74.603	80.425
Provisões para processos judiciais e outros		-	-	1.254	697
Outras obrigações		-	-	35.916	52.036
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	421.139	439.322
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Capital social subscrito e integralizado		1.847.077	2.287.984	1.847.077	2.287.984
Outros resultados abrangentes		758	379	758	379
Reservas de capital		517.036	517.036	517.036	517.036
Reserva de lucros		82.918	20.078	82.918	20.078
Dividendos adicionais propostos		-	86.070	-	86.070
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	2.447.789	2.911.547	2.447.789	2.911.547
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.447.899	2.911.655	3.006.677	3.452.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	10	-	-	596.455	524.772
Custo de produção e operação de energia	11	-	-	(309.577)	(330.394)
LUCRO BRUTO		-	-	286.878	194.378
Gerais e administrativas	12	(350)	(2.124)	(2.927)	(11.509)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1)	228	(232)	21.514
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(351)	(1.896)	(3.159)	10.005
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(351)	(1.896)	283.719	204.383
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		7.395	467	49.703	85.787
Despesas financeiras		-	(6.675)	(29.793)	(38.209)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	7.395	(6.208)	19.910	47.578
Resultado de equivalência patrimonial		261.920	232.278	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		268.964	224.174	303.629	251.961
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.938)	-	(38.052)	(34.811)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	2.267	1.449	9.291
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	14	(1.938)	2.267	(36.603)	(25.520)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		267.026	226.441	267.026	226.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	267.026	226.441	267.026	226.441
Outros resultados abrangentes	379	379	379	379
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	267.405	226.820	267.405	226.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Reserva de investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.480.680	390.003	8.757	-	-	93.026	-	1.972.466
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	226.441	226.441
Aumento de capital		807.304	127.033	-	-	-	-	-	934.337
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	379	-	-	379
Distribuição dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(93.026)	-	(93.026)
Constituição de reserva legal		-	-	11.321	-	-	-	(11.321)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	(129.050)	(129.050)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	86.070	(86.070)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9	2.287.984	517.036	20.078	-	379	86.070	-	2.911.547
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	267.026	267.026
Redução de capital		(440.907)	-	-	-	-	-	-	(440.907)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	379	-	-	379
Distribuição dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(86.070)	-	(86.070)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	49.489	-	-	(49.489)	-
Constituição de reserva legal		-	-	13.351	-	-	-	(13.351)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	(204.186)	(204.186)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	1.847.077	517.036	33.429	49.489	758	-	-	2.447.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		267.026	226.441	267.026	226.441
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11 e 12	4.069	4.088	148.115	154.758
Atualização monetária	13	-	-	(4.349)	(5.291)
Juros sobre arrendamentos e aluguéis	13	-	-	7.956	7.571
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	13	(7.736)	(405)	(43.863)	(60.304)
Variação cambial - fornecedores	13	-	-	(5)	(2.301)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	7	-	-	8.781	14.365
Provisão processos judiciais		-	-	-	515
Tributos diferidos		-	(2.267)	(1.449)	(9.291)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(265.970)	(235.967)	-	-
		(2.611)	(8.110)	382.212	326.463
Variação dos ativos e passivos operacionais					
		(11.714)	5.418	274.912	(251.619)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	7	-	-	(4.920)	(7.847)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	8	-	-	(7.956)	(7.571)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3.546)	-	(45.108)	(26.636)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		7.516	151	55.061	44.325
(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo		18.413	(21.588)	218.430	(153.467)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		8.058	(24.129)	872.631	(76.352)
Atividades de investimentos:					
Dividendos recebidos		166.310	247.847	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6	-	-	(74.059)	(27.230)
Aumento de capital em controladas	5	-	(343.784)	-	-
Redução de capital em controladas	5	556.787	-	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		723.097	(95.937)	(74.059)	(27.230)
Atividades de financiamentos:					
Dividendos pagos		(290.256)	(223.016)	(290.256)	(223.307)
Pagamento de debênture (principal)	7	-	-	(28.006)	(41.479)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	8	-	-	(3.401)	(1.742)
Aumento / redução de capital	9	(440.907)	343.088	(440.907)	198.613
Emissão de ações preferenciais		-	-	-	163.088
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		-	-	10.583	7.736
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		(731.163)	120.072	(751.987)	102.909
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa					
		(8)	6	46.585	(673)
No início do exercício		47	41	4.446	5.119
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		39	47	51.031	4.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Guaimbê Solar Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, 12495, 12º andar, Brooklin Paulista, São Paulo - SP – CEP 04578-000, foi constituída em 21 de junho de 2018, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e indiretamente pela *The AES Corporation* (“AES Corp”), sediada nos Estados Unidos da América.

A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração eólica e geração solar.

1.1 Geração solar

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Solar Guaimbê									
Guaimbê I	6º LER/2014	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê II	6º LER/2014	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê III	6º LER/2014	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê IV	6º LER/2014	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê V	6º LER/2014	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Subtotal							110	150,0	29,5
Solar Água Vermelha									
AGV IV	25º LEN/2017	244/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	15,2	4,0
AGV V	25º LEN/2017	243/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	8,0
AGV VI	25º LEN/2017	242/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	7,5
Subtotal							66	76,0	19,5
Total							176	226,0	49,0

Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Solar Guaimbê								
Guaimbê I	6º LER/2014	CCEE	51.826	361,03	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê II	6º LER/2014	CCEE	51.826	361,03	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê III	6º LER/2014	CCEE	51.826	369,14	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê IV	6º LER/2014	CCEE	51.826	369,14	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê V	6º LER/2014	CCEE	51.826	369,14	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Total			259.130					
Solar Água Vermelha								
AGV IV	25º LEN/2017	Distribuidoras	35.136	191,58	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
AGV V	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	191,58	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
AGV VI	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	193,12	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
Subtotal			173.924					
Total			433.054					

1.2 Geração eólica

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
<u>Eólico Alto Sertão II</u>									
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetitê	12º LEN/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados (i)	12º LEN/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões (i)	12º LEN/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	3º LER/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Subtotal							230	386,1	184,4
<u>Eólico Ventus</u>									
Miassaba 3	2º LER/2009	740/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	41	68,5	22,8
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	963/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	35	58,4	21,9
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	964/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	36	60,1	21,1
Subtotal							112	187,0	65,8
Total							342	573,1	250,2

- (i) As Garantias Físicas anteriormente estabelecidas para as usinas Dourados e Pilões foram revogadas pela portaria 2.634/2023, ficando vigente o montante apresentado.

Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) estava conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
<u>Eólico Alto Sertão II</u>								
Da Prata	3º LER/2010	CCEE	85.760	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	3º LER/2010	CCEE	106.784	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	3º LER/2010	CCEE	124.848	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	3º LER/2010	CCEE	125.846	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	3º LER/2010	CCEE	111.988	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	CCEE	88.476	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			643.702					
Ametista	12º LEN/2011	Distribuidoras	121.764	196,97	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	12º LEN/2011	Distribuidoras	84.972	195,42	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetitê	12º LEN/2011	Distribuidoras	125.268	195,75	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	12º LEN/2011	Distribuidoras	115.632	195,69	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	12º LEN/2011	Distribuidoras	42.924	198,02	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	12º LEN/2011	Distribuidoras	120.888	196,56	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	12º LEN/2011	Distribuidoras	103.368	196,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	12º LEN/2011	Distribuidoras	114.756	194,17	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	12º LEN/2011	Distribuidoras	77.964	193,40	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			907.536					
<u>Complexo Eólico Ventus</u>								
Miassaba 3	2º LER/2009	CCEE	184.316	335,62	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	CCEE	160.999	337,17	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	CCEE	165.102	337,83	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Subtotal			510.417					
Total			2.061.655					

1.3 Acordo de Investimento com Itaú Unibanco S.A. (2ª fase)

Em 03 de janeiro de 2022, a AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais emitidas no contexto de um aumento de capital pela Companhia e aportou R\$ 360.000 passando a deter participação de 23,72% de seu capital social.

Ainda, a transação incluiu a contribuição, realizada em 06 de janeiro de 2022, na Companhia, pela AES Operações, de sua participação na Ventus Holding, sociedade que compõe o Complexo Eólico Ventus, que controla as sociedades Brasventos, Miassaba e Rei Dos Ventos, bem como sua participação nas sociedades AGV IV, AGV V e AGV VI, que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste.

1.4 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Complexo	Sede	Participação	
				2023	2022
Controladas diretas:					
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia") (i)	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (Ventus Holding)	Holding	Complexo Ventus	Curitiba, Paraná	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. (AGV IV)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. (AGV V)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (AGV VI)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Controladas indiretas:					
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraima S.A. ("Seraima")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Piliões S.A. ("Piliões")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%	100%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%	100%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	100%	100%

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 13 de junho de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e

são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	39	47	42.172	4.446
Operação compromissada	-	-	8.859	-
Total	39	47	51.031	4.446

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	4.460	22.686	309.978	537.751
Total	4.460	22.686	309.978	537.751

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 101,10% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% em 31 de dezembro de 2022).

4 RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2009, LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que

estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LER 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 e LER 2010 e LER 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LER 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LER 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LER 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009 e LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e do LER 2011 em dezembro de 2019 e o segundo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014) e Complexo Solar AGV (LER 2017), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.696	(161.343)
Efeito de contribuição de participação nos Complexos: Eólico Ventus/Solar Ouroeste	12.965	(34.667)
Adição / Reversão	5.179	(107.383)
Transferência	(887)	887
Amortização	(1.305)	5.049
Atualização monetária	-	(10.146)
Ressarcimento contratual (i)	(1.663)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.985	(307.603)
Adição / Reversão	175	(104.867)
Reclassificação	-	(1.216)
Amortização	(6.001)	62.641
Atualização monetária	-	(7.089)
Ressarcimento contratual (i)	(1.908)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.251	(358.134)
Circulante	9.567	(72.575)
Não circulante	2.684	(285.559)

- (i) Refere-se à geração eólica abaixo da contratada no período, principalmente em função da baixa velocidade do vento e pelo *Curtailment*, uma restrição involuntária de geração das usinas requisitada pelo ONS, que impactou a geração dos parques.

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Já para as fontes solares, o reprocessamento considerará a metodologia provisória aprovada pela ANEEL via Despacho nº 1.668/2022. A metodologia final para a fonte foi definida com a conclusão da Consulta Pública ANEEL nº 48/2022 e aprovação da Resolução Normativa nº 1.073/2023.

A nova resolução destina-se às usinas solares despachadas centralizadamente ou em conjuntos que são considerados na programação pelo ONS.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é atualmente de 30h e 30 min por ano.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de

ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

5 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas e indiretamente em coligadas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

A composição dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Composição do investimento	Controladora	
	2023	2022
Participação societária permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	2.362.669	2.819.415
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	55.859	59.611
Direitos de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos	7.837	8.136
Ajustes a valor justo do investimento adquirido	-	(127)
Total	2.426.365	2.887.035

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Redução de capital	Amortização do intangível e da mais valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	153.737	(9.975)	(784)	8.771	(6.616)	-	145.133
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	120.295	(10.383)	(784)	12.111	(9.865)	-	111.374
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	105.025	(11.255)	(784)	13.346	(11.305)	-	95.027
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	118.074	(9.548)	(785)	12.150	(10.432)	-	109.459
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	121.001	(9.982)	(785)	12.479	(10.531)	-	112.182
Nova Energia Holding S.A.	1.304.348	(255.211)	-	141.525	(116.261)	-	1.074.401
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	550.564	(87.615)	-	53.498	(1.070)	-	515.377
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A	102.119	(32.467)	-	674	(13)	83	70.396
AGV Solar V Geradora de Energia S.A	154.728	(64.428)	-	5.877	(112)	111	96.176
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A	157.144	(65.923)	-	5.539	(105)	185	96.840
Total	2.887.035	(556.787)	(3.922)	265.970	(166.310)	379	2.426.365

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Contribuição de capital (i)	Aumento de capital social	Amortização do intangível e da mais valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	158.324	-	-	(816)	15.531	(19.301)	153.737
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	126.587	-	-	(813)	19.526	(25.004)	120.295
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	113.381	-	-	(813)	17.352	(24.895)	105.025
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	124.206	-	-	(813)	20.084	(25.404)	118.074
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	127.251	-	-	(813)	18.255	(23.693)	121.001
Nova Energia Holding S.A.	1.317.822	-	-	-	98.321	(111.796)	1.304.348
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	-	319.185	210.863	-	20.998	(482)	550.564
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A	-	74.187	26.584	-	3.866	(2.519)	102.119
AGV Solar V Geradora de Energia S.A	-	98.179	53.168	-	10.920	(7.539)	154.728
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A	-	99.697	53.168	-	11.493	(7.215)	157.144
Total	1.967.571	591.249	343.784	(4.068)	236.346	(247.847)	2.887.035

- (i) Até dezembro de 2021, a AES Operações possuía 100% de participação societária nas entidades Ventus Holding, AGV Solar IV, AGV Solar V e AGV Solar VI. Em janeiro de 2022 a AES Operações efetuou uma contribuição de capital de modo que a Guaimbê Holding passou a ter controle de 100% de participação societária, mediante aumento de capital com integralização total das ações das respectivas entidades, conforme laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, emitido por avaliadores.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Guaimbê I Parque Solar Ltda ("Guaimbê I")	12.797.373.332	100%	139.682	7.323	127.974	132.359	8.771
Guaimbê II Parque Solar Ltda ("Guaimbê II")	9.250.793.024	100%	105.741	7.178	92.508	98.563	12.111
Guaimbê III Parque Solar Ltda ("Guaimbê III")	7.583.083.500	100%	89.695	7.191	75.831	82.504	13.346
Guaimbê IV Parque Solar Ltda ("Guaimbê IV")	9.058.255.763	100%	103.625	6.967	90.583	96.658	12.150
Guaimbê V Parque Solar Ltda ("Guaimbê V")	9.315.386.609	100%	106.222	6.829	93.154	99.393	12.479
Nova Energia Holding S.A.	1.451.816.905	100%	1.074.943	542	1.003.392	1.074.401	141.525
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	520.257.670	100%	517.220	1.842	432.763	515.378	53.498
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A	103.184.178	100%	75.163	4.817	70.717	70.346	674
AGV Solar V Geradora de Energia S.A	152.186.414	100%	101.656	5.461	87.758	96.195	5.877
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A	154.587.527	100%	102.365	5.493	88.664	96.872	5.539
Total			2.416.312	53.644	2.163.344	2.362.669	265.970

6 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) **A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

Consolidado				
2023				2022
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldo líquido
Terrenos	-	2.503	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,77%	247.646	(87.149)	160.497
Máquinas e equipamentos	4,11%	3.023.588	(922.668)	2.100.920
Móveis e utensílios e outros	6,29%	345	(31)	314
Veículos	13,39%	3.312	(926)	2.386
Imobilizado em serviço		3.277.394	(1.010.774)	2.266.620
Imobilizado em curso (i)		89.679	-	89.679
Direito de uso do terreno arrendado (ii)	De 2,86% a 11,11%	81.944	(13.959)	67.985
Total		3.449.017	(1.024.733)	2.424.284

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, o que for menor. A Companhia e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de terrenos arrendados, com vida útil definida estimada entre 9 e 35 anos, depreciados à uma taxa que varia entre 2,86% à 11,11%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

b) **Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Consolidado				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (ii)	Transferências e reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Terrenos	2.503	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.465	-	181	247.646
Máquinas e equipamentos	3.043.742	-	(22.130)	3.023.588
Móveis e utensílios e outros	327	-	18	345
Veículos	2.733	-	579	3.312
Imobilizado em curso	20.118	63.882	5.679	89.679
Direito de uso de terreno arrendado	86.273	5.705	(10.034)	81.944
Subtotal	3.403.161	69.587	(32.164)	3.449.017
Depreciação/Amortização	(887.724)	(142.764)	4.438	(1.024.733)
Total líquido	2.515.437	(73.177)	(27.726)	2.424.284

Consolidado						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	Efeito da contribuição de participação no Complexo Eólico	Adições	Remensuração	Provisão desmantelamento	Transferências e reclassificações	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Terreno	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.931	5.967	-	-	168.567	247.465
Máquinas e equipamentos	2.156.879	1.036.604	-	(11.375)	(138.366)	3.043.742
Móveis e utensílios e outros	682	250	-	-	1.801	2.733
Veículos	23	153	-	-	151	327
Imobilizado em curso	11.010	5.255	27.016	-	(23.163)	20.118
Direito de uso do terreno arrendado	46.417	17.489	11.965	10.990	(588)	86.273
Subtotal	2.290.445	1.065.718	38.981	10.990	(11.375)	3.403.161
Depreciação/Amortização	(451.642)	(278.400)	(146.907)	(2.593)	(8.182)	(887.724)
Total	1.838.803	787.318	(107.926)	10.990	(13.968)	2.515.437

- (i) Trata-se de transferências e reclassificações do estoque para o imobilizado no montante de R\$10.136, que foram compensados pelas transferências e reclassificações para o intangível no montante de R\$386.

- (ii) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há pagamento de arrendamento fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

7 DEBÊNTURES

7.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, estão compostos da seguinte forma:

		Consolidado								
		2023								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Debênture										
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	7.689	44	(254)	7.479	8.971	(254)	8.717	16.196
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	17.966	84	(242)	17.808	12.833	(242)	12.591	30.399
Total da dívida			25.655	128	(496)	25.287	21.804	(496)	21.308	46.595

		Consolidado								
		2022								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Debênture										
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	9.792	82	(303)	9.571	15.912	(606)	15.306	24.877
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	17.159	154	(288)	17.025	29.415	(577)	28.838	45.863
Total da dívida			26.951	236	(591)	26.596	45.327	(1.183)	44.144	70.740

7.2 Movimentação da debênture é como segue:

	Consolidado
	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2021	105.701
Encargos financeiros	7.701
Variação monetária	6.073
Pagamento de principal	(41.479)
Pagamento de encargos financeiros	(7.847)
Amortização custos de transação	591
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70.740
Encargos financeiros	5.099
Variação monetária	3.188
Pagamento de principal	(28.006)
Pagamento de encargos financeiros	(4.920)
Amortização custos de transação	494
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.595

7.3 Características do contrato de debêntures estão descrito a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
AES Tietê Eólica	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	146.000	15 de dezembro de 2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	16.196	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	30.399		

7.4 Parcelas relativas ao principal da debênture e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total
2025	21.804	(496)	21.308
	21.804	(496)	21.308

7.5 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos de debêntures, sendo o ICSD $\geq 1,3x$, onde o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") é calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as obrigações contratuais.

8 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.273
Efeito da contribuição de participação no Complexo Eólico Ventus e Solar Ouroeste	15.779
Ingressos de principal	11.965
Remensuração	10.990
Encargos financeiros	7.571
Pagamento de encargos financeiros	(7.571)
Pagamento de principal	(1.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.265
Remensuração (i)	(2.077)
Encargos financeiros	7.956
Pagamento de encargos financeiros	(7.956)
Pagamento de principal	(3.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	76.787

- (i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultantes de alteração do índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
<u>CIRCULANTE</u>	
2024	2.184
Subtotal	2.184
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
2025	2.195
2026	2.160
2027	2.387
2028	2.510
2029	2.757
após 2029	62.594
Subtotal	74.603
Total	76.787

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 1.847.077 representado por 1.867.705.316 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 570.803.110 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.287.984 em 31 de dezembro de 2022).

Redução de Capital

Em 30 de janeiro de 2023, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2022, a Companhia reduziu o capital social por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, no valor de R\$ 440.907 dos quais R\$ 337.691 foram restituídos para a Companhia e R\$ 103.216 ao não controlador Itaú Unibanco S.A., sem alteração no seu percentual de participação.

Reserva de lucros

a) Reserva Legal

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2023 constituiu uma reserva de R\$ 13.351 (R\$ 11.321 em 31 de dezembro de 2022).

b) Reserva de Investimento

Para atender ao projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinados pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2023. A Companhia constituiu R\$ 49.489 a título de reserva de investimentos.

Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 01 de junho de 2023, 30 de agosto de 2023 e 11 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 61.970, R\$57.216 e R\$85.000, respectivamente.

De acordo com o estatuto social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

Participação de acionistas não controladores

A Companhia possui um acordo de investimento firmado com o Itaú Unibanco S.A., por meio da subscrição de novas ações preferenciais.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 75% do Lucro Líquido da Companhia, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 25%.

Assim sendo, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. De acordo com o Acordo de Acionistas, qualquer pagamento de dividendos aos acionistas são discricionários e somente ocorrem quando há deliberação em AGO/AGE.

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

As controladas da Companhia reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita dos parques eólicos e solares da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2023	2022
	R\$	R\$
Contratos de energia eólicos e solares	608.534	596.510
Ressarcimento	(56.316)	(86.987)
Mercado de curto prazo	12.267	8.608
SPOT	-	5.526
Outras	12.267	3.082
Venda de energia elétrica - Partes relacionadas (i)	-	29.303
Outras receitas - Partes relacionadas (ii)	28.166	-
Reembolso de seguros (iii)	31.130	-
Outras receitas	-	2.812
Receita operacional bruta	623.781	550.246
(-) Pis e Cofins	(22.783)	(19.667)
(-) ICMS	(4.543)	(5.807)
Receita operacional líquida	596.455	524.772

A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Cúbico e AGV Solar, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 222,91 MWm de venda e 42,91 MWm de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.

- (i) Refere-se a indenização por não atendimento da garantia de disponibilidade operacional dos ativos operacionais dos Complexos eólicos e solares de Alto sertão, Ventus e AGV Solar, conforme previsto em acordo de investimento entre a Companhia e Itaú Unibanco.
- (ii) A receita é proveniente da indenização por lucros cessantes decorrentes de sinistro ocorrido em 2021 em dois aerogeradores da controlada Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.

11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
Custo de produção e operação de energia		
Contratos bilaterais	(1)	(239)
Contratos com partes relacionadas (i)	(9.897)	(34.524)
Outros custos com partes relacionadas (ii)	(2.818)	-
Mercado de curto prazo	(250)	(674)
SPOT	(92)	(120)
Outros	(158)	(554)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(54.891)	(54.940)
Taxa de fiscalização ANEEL	(3.308)	(3.174)
Subtotal	(71.165)	(93.551)
Custo da operação		
Material	(4.121)	(10.208)
Serviços de terceiros	(76.951)	(68.247)
Pessoal e administradores	-	(4)
Depreciação e amortização	(147.765)	(153.808)
Arrendamentos e aluguéis	(581)	(151)
Seguros	(8.715)	(4.019)
Outros custos operacionais	(279)	(406)
Subtotal	(238.412)	(236.843)
Total líquido	(309.577)	(330.394)

- (i) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro do Complexo Eólico Alto Sertão II, complexo Ventus e AGV Solar com a controladora direta AES Operações, pois estas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 152,520 MWh de venda, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido as diferenças de preço entre submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.
- (ii) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Operações celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

12 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Material	-	(151)	(1)	(1.161)
Serviços de terceiros	(297)	(1.788)	(2.576)	(8.525)
Depreciação e amortização	-	(185)	(350)	(950)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	-	-	-	(862)
Outros	(53)	-	-	(11)
Total	(350)	(2.124)	(2.927)	(11.509)

13 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	7.736	405	43.863	60.304
Atualização de contas a receber de mercado de curto prazo	-	-	87	232
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(361)	(23)	(736)	(741)
Atualização de créditos tributários	18	85	414	428
Atualização monetária com partes relacionadas (i)	-	-	1.703	17.833
Variação cambial - fornecedores	-	-	5	2.301
Renda de cauções e depósitos judiciais	-	-	4.349	5.291
Outras receitas financeiras	2	-	18	139
Total	7.395	467	49.703	85.787
Despesas financeiras				
Juros sobre arrendamento	-	-	(7.956)	(7.571)
Encargos de Dívidas	-	-	(5.593)	(8.293)
Atualização monetária de debêntures	-	-	(3.188)	(6.073)
Atualização monetária de desmobilização	-	-	(2.524)	(989)
IOF	-	(7)	(834)	(678)
Atualização monetária de ressarcimento	-	-	(7.089)	(10.146)
Multas	-	-	(715)	(1.941)
Outras despesas cambiais (ii)	-	(6.668)	-	(2.301)
Outras despesas financeiras	-	-	(1.894)	(217)
Total	-	(6.675)	(29.793)	(38.209)
Total líquido	7.395	(6.208)	19.910	47.578

- (i) Em 06 e janeiro de 2022, as controladas diretas AGV IV, AGV V e AGV VI firmaram um contrato de mútuo com a controladora direta AES Operações. A transação envolveu o montante de R\$132.921, sobre o qual incidirão juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida sobretaxa de 1,48% a.a, com vencimento em 06 de janeiro de 2033.
- (ii) Refere-se ao efeito da variação cambial dos fornecedores em moeda estrangeira relativo ao ajuste de *working capital* a receber pela controladora e a pagar pelas controladas, finalizado em março de 2022. Esse ajuste é relacionado ao fechamento do preço de compra do Complexo Solar Guaimbê Holding, adquirido em 04 de setembro de 2018 da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladas é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas

provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	268.964	268.964	303.629	303.629
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	(67.241)	(24.207)	(75.907)	(27.327)
Adições e Exclusões à base:				
Equivalência Patrimonial	65.512	23.584	-	-
Despesas não necessárias	-	-	(233)	(84)
Atualização de indébito tributário	4	2	88	32
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	348	125	(584)	(210)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	52.289	16.360
Diferença temporária sem diferido constituído	(66)	(24)	(66)	(24)
Ajuste de Imposto				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	(514)	(429)
Outros Ajustes	-	-	(14)	(6)
Ajuste Adicional IR	24	1	25	1
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.419)	(519)	(24.916)	(11.687)
Alíquota Efetiva	-0,53%	-0,19%	-8,21%	-3,85%
Corrente	(1.419)	(519)	(25.857)	(12.195)
Diferido	-	-	941	508
Total	(1.419)	(519)	(24.916)	(11.687)

	Controladora		Consolidado	
	2022		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Corrente	-	-	(23.780)	(11.031)
Diferidos	1.667	600	6.596	2.695
Total	1.667	600	(17.184)	(8.336)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	224.174	224.174	251.961	251.961
Adições (exclusões):				
Resultado de equivalência patrimonial	(236.346)	(236.346)	-	-
Ajuste lucro presumido	-	-	(192.731)	(171.240)
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	4.068	4.068	-	-
Amortização da mais valia em combinação de negócios	-	-	4.068	4.068
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	1.393	1.393	3.523	3.523
Outras	43	43	1.915	4.308
Total das adições (exclusões)	(230.842)	(230.842)	(183.225)	(159.341)
Resultado ajustado	(6.668)	(6.668)	68.736	92.620
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Tributos	1.667	600	(17.184)	(8.336)
Outros	-	-	-	-
Total da despesa com tributos	1.667	600	(17.184)	(8.336)

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Consolidado				Categoria
		2023		2022		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	42.172	42.172	4.446	4.446	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operações compromissadas)	3	8.859	8.859	-	-	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	309.978	309.978	537.751	537.751	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		48.002	48.002	61.987	61.987	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		29.001	29.001	35.235	35.235	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	12.251	12.251	19.985	19.985	Custo amortizado
Total		450.263	450.263	659.404	659.404	
PASSIVO (circulante e não circulante)						
Fornecedores		23.795	23.795	11.705	11.705	Custo amortizado
Dividendos a pagar		45	45	45	45	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	358.134	358.134	307.603	307.603	Custo amortizado
Debêntures	7	46.595	48.163	70.740	70.740	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	8	76.787	76.787	82.265	82.265	Custo amortizado
Total		505.356	506.924	472.358	472.358	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes.

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	39	47	51.031	4.446
Investimentos de curto prazo	4.460	22.686	309.978	537.751
Contas a receber de clientes	-	-	48.002	61.987
Cauções e depósitos vinculados	-	-	29.001	35.235
Total	4.499	22.733	438.012	639.419

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Debêntures	-	-	46.595	70.740
Caixa e equivalentes de caixa	(39)	(47)	(42.172)	(4.446)
Investimentos de curto prazo	(4.460)	(22.686)	(309.978)	(537.751)
Cauções e depósitos vinculados	-	-	(29.001)	(35.235)
Dívida Líquida	(4.499)	(22.733)	(334.556)	(506.692)
Patrimônio líquido	2.447.789	2.911.547	2.447.789	2.911.547
Índice de alavancagem financeira	-0,18%	-0,78%	-13,67%	-17,40%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 7.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras

com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 7. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2023	Total em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	23.795	-	-	-	-	23.795	11.705
Debêntures	-	29.635	24.555	-	-	54.190	87.155
Passivo de arrendamento	576	1.729	2.055	7.356	68.701	80.419	82.265
Dividendos a pagar	45	-	-	-	-	45	45
Total	24.371	31.364	26.610	7.356	68.701	158.404	181.170

(b.4) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023
Investimentos de curto prazo	309.978
Cauções e depósitos vinculados	29.001
Conta de ressarcimento - ativo	12.251
Conta de ressarcimento - passivo	(358.134)
Passivo de arrendamento	(76.787)
Debêntures	(47.587)
Total	(131.278)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Investimentos de curto prazo	CDI	309.978	21.017	31.525	42.033	52.541	63.050
Impacto no resultado			21.017	31.525	42.033	52.541	63.050
Total da exposição líquida			21.017	31.525	42.033	52.541	63.050

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(16.704)	(1.620)	(1.794)	(1.968)	(2.143)	(2.317)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(30.883)	(3.077)	(3.400)	(3.723)	(4.046)	(4.369)
Impacto no resultado			(4.697)	(5.194)	(5.691)	(6.189)	(6.686)
Total da exposição líquida			(4.697)	(5.194)	(5.691)	(6.189)	(6.686)

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - ativo	IPCA	12.251	238	357	475	594	713
Ressarcimento - passivo	IPCA	(358.134)	(6.948)	(10.422)	(13.891)	(17.369)	(20.843)
Impacto no resultado			(6.710)	(10.065)	(13.416)	(16.775)	(20.130)
Total da exposição líquida			(6.710)	(10.065)	(13.416)	(16.775)	(20.130)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

16 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

A conclusão da Operação está sujeita à obtenção das autorizações aplicáveis, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à ratificação da celebração do Acordo pelo conselho de administração da AES Brasil.